

## **APÊNDICE XIV**

### **RESOLUÇÃO Nº 2/CSEMD, DE 23 DE ABRIL DE 2004**

Estabelece orientação de ordem ética para a contratação e execução de atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal da administração central do Ministério da Defesa.

O Presidente da Comissão de Ética do Ministério da Defesa torna público que o colegiado, em Sessão Ordinária realizada no dia 23 Abr 2004, tendo em vista o que dispõe o Decreto nº 1.171, de 22 Jun 1994, os artigos 3º e 59, primeira parte, da Lei nº 8.666, de 21 Jun 1993, e de acordo com o disposto nos incisos I e IX do Art. 1º e na alínea “b” do inc. II do Art. 16 do Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 580/MD, de 10 Out 2002.

CONSIDERANDO que a Administração Pública tem o dever de pautar suas atividades no cumprimento nos princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência,

CONSIDERANDO que, para fins de apuração de comprometimento ético, servidor público é todo aquele que, direta ou indiretamente, por força de lei, contrato ou qualquer ato jurídico, presta serviço de natureza permanente, temporária ou excepcional, remunerada ou não, a qualquer órgão do poder estatal,

CONSIDERANDO que as empresas prestadoras de serviço, no desempenho de suas tarefas podem, dolosa ou culposamente, por meio de seus funcionários, causar dano à Administração e a terceiros,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Esta Resolução estabelece orientação de ordem ética para a contratação e execução de atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal da administração central do Ministério da Defesa, nos termos do Decreto nº 2.271, de 7 Jul 1997.

Art. 2º Os agentes públicos, militares e civis, a serviço da administração central do Ministério da Defesa, quando do planejamento, da solicitação, dos procedimentos licitatórios, da formalização dos pactos e da fiscalização da

execução dos contratos firmados com as empresas prestadoras de serviço deverão atentar para o cumprimento das regras deontológicas, dos deveres e das vedações de ordem ética constantes do anexo do Decreto nº 1.171, de 22 Jun 1994.

Art. 3º As empresas prestadoras de serviço, por estarem sujeitas a comprometimento ético em face de seus funcionários, quando da execução de atividades no âmbito da administração central do Ministério da Defesa devem obedecer às seguintes orientações de cunho geral:

I - pautar seus atos, comportamentos e atitudes para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos;

II - atuar sempre de forma honesta, sob o entendimento de que o objetivo da Administração Pública é sempre o bem comum;

III - utilizar de maneira correta, cuidadosa e eficiente as instalações, os materiais e o patrimônio em geral da Administração, evitando que sejam deteriorados por descuido ou má-vontade, tendo em vista que são oriundos dos recursos públicos custeados pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos;

IV - tratar os públicos interno e externo com cortesia, boa vontade e cuidado, pois o funcionamento da Administração e o custeio das contratações dependem do pagamento dos tributos pagos direta ou indiretamente por todos;

V - desempenhar, a tempo, as tarefas a que compete realizar;

VI - executar as tarefas com rapidez, perfeição e rendimento;

VII - apresentar pontualmente a prestação de contas, de maneira detalhada, emitindo os correspondentes documentos fiscais, procedendo ao recolhimento dos impostos e ao pagamento do seu pessoal;

VIII - ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de hierarquia, de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade e religião;

IX - não pleitear vantagem indevida ou ilegal;

X - resistir a todas as pressões que visem a obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações morais, ilegais ou contrárias à conduta ética, denunciando-as;

XI - primar pela assiduidade e frequência ao serviço para não causar prejuízos à programação de trabalho e aos demais funcionários;

XII - manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição;

XIII - participar de estudos periódicos destinados à melhoria do exercício das tarefas sob sua responsabilidade;

XIV - apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício das tarefas;

XV - manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes à Administração;

XVI - facilitar a fiscalização de todos os seus atos ou tarefas, por quem de direito;

XVII - abster-se, de forma absoluta, de exercer suas tarefas com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais;

XVIII - não cometer qualquer violação expressa à lei;

XIX - não fazer o uso da contratação ou das tarefas sob sua responsabilidade para obter facilidades ou favorecimentos indevidos, para si ou para outrem;

XX - não pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa;

XXI - não executar tarefas para atendimento a interesse particular

XXII - não retirar da Administração qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público;

XXIII - não fazer uso de informações privilegiadas obtidas por ocasião da execução de suas tarefas em detrimento da Administração Pública ou em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros;

XXIV - não se apresentar embriagado ao serviço ou fora dele habitualmente;  
e

XXV - não associar sua imagem, a qualquer título, a atividade ou instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana, bem como não exercer atividade profissional aética ou se ligar a empreendimentos de cunho duvidoso.

Art. 4º As orientações desta Resolução não interferem o cumprimento do disposto na Lei nº 8.666, de 21 Jun 1993, não prejudicam as cláusulas e condições dos instrumentos contratuais e não elidem a aplicação de sanções administrativas ou disciplinares a serem aplicadas contra as empresas contratadas e os agentes públicos.

Art. 5º A ocorrência de conduta contrária às orientações desta Resolução será objeto de apreciação, mediante:

I - conhecimento de ofício da Comissão de Ética do Ministério da Defesa;

II - formulação por:

- a) autoridade, agente público ou jurisdicionados administrativos;
- b) empresas contratadas e respectivos funcionários; e
- c) impulso de qualquer cidadão que se identifique ou de entidades associativas regularmente constituídas.

Art. 6º Nos instrumentos contratuais a serem firmados pelo Ministério da Defesa constará, na cláusula referente às obrigações da empresa contratada, dispositivo de vinculação à presente Resolução, cujo teor constituirá anexo ao edital e será entregue no ato da formalização do pacto.

Art. 7º Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão de Ética do Ministério da Defesa.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Boletim Interno do Ministério da Defesa.